

Teorias Essencialistas e o Problema da Transformação de Valor em Preços: Os Casos de Marx e Menger

Ricardo Luis Chaves Feijó

Professor Associado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Departamento de Economia – Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Resumo

A tradição de pensamento *marxiana* e o legado de Carl Menger, o pai da chamada Escola Austríaca de Economia, raramente são conjuntamente analisados à guisa de comparação entre seus sistemas de ideias. Neste ensaio, propõe-se um critério de avaliação que, sem negar drásticas diferenças entre eles, aproxima-os. O aspecto que os unifica recai no fato de que se trata de teorias econômicas “essencialistas”. Então o estudo comparativo começa por estabelecer a visão do processo econômico em cada qual; parte, em seguida, para a comparação entre as duas teorias do valor. Mostra depois que, não obstante suas enormes diferenças, ambas as teorias deparam-se com o problema da transformação de valores em preços; de forma que muitos de seus respectivos seguidores foram compelidos a enfrentar o problema de aplicar o constructo subjacente em cada qual na explicação de preços de mercado; o que se afigura fonte de dificuldade inerente a modelos essencialistas em economia.

Palavras-chave: Karl Marx, Carl Menger, Essencialismo, Problema da Transformação

Classificação JEL: B12

Abstract

The tradition of Marxian thought and the legacy of Carl Menger, the father of the Austrian School of Economics, are rarely analyzed together by way of comparison between systems of ideas. In this paper, we propose an evaluation criterion which gets closed them, regarding the drastic difference. The aspect that unifies them lies in the fact that they propose an ‘essentialist’ economic theory. So this comparative study begins to establish the vision of the economic process in each author; after, it follows the comparison between both theories of value. Furthermore, it shows that, despite their enormous differences, each theory is faced with the problem of transforming values into prices, a problem that so many of their followers were compelled to face when applying the construct underlying each one on the explanation of market prices, which it appears to be a source of difficulty inherent in essentialist models in Economics.

1. Introdução

Muito embora Karl Marx e Carl Menger sejam os fundadores de duas escolas de pensamento econômico profundamente distintas entre si, ainda assim seria possível identificar neles aspectos compartilhados entre seus respectivos legados de ideias. Afinal, ambos viveram no mesmo século XIX e escreveram na língua de Goethe. Os dois estavam vinculados à tradição acadêmica alemã: Marx, por ter nascido e vivido no sul da Alemanha; até que, já maduro, teve de exilar-se em outro país. Nesse ínterim, ele estudou em Berlim onde pesquisou e desenvolveu a tese que lhe conferiu o título de doutor em filosofia. Menger, por ser austríaco; sendo a Áustria um país não apenas de fala alemã, mas que tinha na academia germânica um exemplo de tradição de pensamento a ser seguida. De fato, economistas alemães do século XIX, notadamente os representantes da influente Escola Histórica Alemã, exerceram, neste mesmo período, grande autoridade no ensino de economia nas escolas austríacas. Conhecem-se bem as querelas entre Menger e Gustav Schmoller, o principal expoente da segunda geração de *historicistas* alemães; contudo, há mais semelhanças do que desavenças entre eles. De fato, os austríacos tinham na escola alemã uma referência de como o estudo social deveria ser conduzido, embora discordassem dos que interpretavam o legado germânico como a ênfase exclusiva do indutivismo na investigação social. Já Marx, por outro lado, embora genuinamente alemão, desprezava os economistas alemães, identificando-os com a velha tradição do *cameralismo*, tido como resquício de ideias mercantilistas.¹

Na verdade, enquanto viveu na Alemanha Marx não se interessou por Economia, mas por filosofia, e o contato com a *dismal science* viria a ocorrer apenas na fase de exílio, sob a influência marcante de seu amigo e parceiro intelectual Friedrich Engels. Isso não quer dizer que a tradição alemã de pensamento não tenha deixado marcas indeléveis na consciência de Marx. Pelo contrário, não obstante tenha se inserido no paradigma de ciência econômica suscitado, no século XVIII, pelo escocês Adam Smith, Marx nunca se desvencilhou da ideia alemã de ciência, uma mescla de ciência e arte, ciência e discurso literário, ciência e especulação, ciência e filosofia.² Ao contrário do que se constata em Menger, no caso de Marx nenhum debate metodológico de vulto ocorrera entre ele e os expoentes do pensamento econômico

* Recebido em agosto de 2012, aprovado em dezembro de 2012. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-mail address: riccfeij@usp.br

¹ “A economia política, na Alemanha continua sendo, até hoje, uma ciência estrangeira... A expressão teórica de uma realidade estrangeira transformava-se, em suas mãos, num amontoado de dogmas, que eles interpretavam, ou melhor, cujo sentido deformavam, de acordo com o mundo circunstante, pequeno-burguês. Para dissimular a sensação de impotência científica, impossível de suprimir de todo, e a consciência perturbada por não dominar realmente a matéria que tinham de ensinar, ostentavam erudição histórica e literária ou misturavam à economia outros assuntos tomados de empréstimo às chamadas ciências camerais, administrativas, produzindo uma *mixórdia de conhecimentos, purgatório por que tem de passar o desesperado candidato ao serviço público alemão.*” (Marx, Posfácio da 2ª Edição, 1985, p. 10).

² A influência da concepção alemã de ciência no pensamento de Marx é amplamente analisada e sustentada em Bensaïd (1999). A tese de que Marx adere à mesma descrição básica da economia de mercado tal como fornecida por Adam Smith é demonstrada em Desai (2003).

alemão que lhe era contemporâneo, simplesmente porque Marx os desprezava. Originalidade é o que não falta a Marx e Menger. Suas visões particulares da economia, por certo diferentes entre si, compartilham, entretanto, mais do que a influência da ideia de ciência alemã. Também o economista austríaco entendeu e aceitou as teses da tradição do iluminismo escocês do século XVIII.

No intuito de desenvolver a questão, o presente ensaio estrutura-se da seguinte forma: na primeira seção, apresenta-se a respectiva visão do processo econômico, isto é, de que modo, em cada qual, a totalidade se compõe ou se constitui. Na segunda seção, interpretam-se as peculiaridades da teoria do valor nas versões marxiana e mengeriana. Ao cabo, na seção final, discute-se o chamado problema da transformação do valor em preços. À guisa de conclusão do ensaio, sustenta-se a tese de que ambas as teorias do valor afiguram-se essencialistas e que tal inclinação epistemológica não deve ser vista como uma deficiência crucial na avaliação dos respectivos sistemas de ideias. Pelo contrário, a consciência filosófica leva ao descarte da crítica mal fundamentada.

2. A Visão do Processo Econômico: Marx versus Menger

Marx percebeu que os efeitos não intencionais da ação individual em uma economia de mercado burguesa não se limitam à maior eficiência alocativa intersetorial (a ação da mão invisível benfeitora de Smith); aponta também, e sobretudo, efeitos indesejados do ponto de vista econômico e consequências deletérias à condição humana. Com efeito, Marx usou, modificou e ampliou a metáfora smithiana, convertendo a inocente mão invisível em uma vilã que neutraliza a essência humana ao transformar o indivíduo no ser alienado, ao reduzir o trabalho criativo, e portanto realizador, no trabalho mecânico desprovido de outro sentido que não seja a busca da sobrevivência física.

Como Smith, ele também assenta a análise econômica em uma teoria do valor e da distribuição do tipo clássica. Mas o escocês oferece, no desenvolvimento da teoria, um resultado ainda tosco perto da análise bem mais penetrante de Marx. Sem dúvida, nos dois autores a motivação analítica consiste em edificar uma teoria do crescimento econômico. Smith o vê como uma ampliação da riqueza, entendida como uma coleção de bens e serviços promotores do bem-estar humano. Marx, por seu turno, vê o crescimento como um processo de concentração da riqueza ampliada nas mãos de poucos, com a conseqüente degradação da condição humana. Portanto, em vez de estar a serviço do atendimento de legítimas necessidades humanas, o processo todo é comandado pela lógica imperiosa do capital de se acumular mais e mais. Antes de Marx, Smith tinha notado a peculiaridade da economia de mercado, tida como poderosa máquina econômica de produção de riqueza. Ele sabia que nessa economia a riqueza tenderia a ficar concentrada e que o trabalho humano seria simplificado. Mas ele acreditava que, numa economia avançada, mesmo os mais humildes operários desfrutariam de um padrão de vida “*superior a de um rei africano senhor da vida e da liberdade de 10 mil selvagens nus*”. Quanto à

simplificação crescente de rotinas com a divisão do trabalho, Smith acreditava que as pessoas poderiam se redimir pela educação. Marx é crítico em relação a isso. Ele reconhecia a indisputável eficiência produtiva das economias de mercado no sentido de gerar enormes estoques de riqueza. No entanto, duvidava que o espalhamento desta riqueza até as camadas mais desfavorecidas pudesse lhes conferir a necessária dignidade. Ademais, enquanto Smith via um processo, digamos, mais suave de desempenho da economia de mercado, tendo dúvida apenas quanto à manutenção da taxa de lucro e o ímpeto futuro do crescimento econômico, o que poderia acarretar num estado estacionário frugal ou até miserável (vide a tragédia do caso da China à sua época, por ele apontada); Marx, por seu turno, analisando economias de mercado avançadas, via nelas flutuações e crises. A opulência não estaria sempre garantida e períodos de destruição irracional da base produtiva até então acumulada são amiúde observados nessa economia. A simplificação das tarefas com a divisão do trabalho era um dos aspectos da economia burguesa que alienava as pessoas. Marx tomou de Feuerbach o muito bem elaborado estudo sobre a alienação no catolicismo e o aplicou na alienação econômica da sociedade burguesa.

Smith considerava o indivíduo operante em uma economia de mercado como um sujeito ético que respeita contratos e reconhece direitos de propriedade. Nessa organização, as pessoas são movidas pelo autointeresse, não necessariamente egoísta, e aceitam negociar umas com as outras. Mesmo sem o saberem, buscam, por intermédio do mercado, atender a necessidades melhor do que o fariam numa economia autárquica. Para Marx, o indivíduo atuante na sociedade burguesa é ser que ainda está em busca de sua plena humanidade. É um sujeito em formação. Mais propriamente: ainda não é plenamente sujeito, a sua humanidade não está *posta*, mas *pressuposta*. Ele não se reencontrou consigo mesmo, simplesmente atua na esfera econômica para sobreviver ou para acumular capital, e ao atuar nela o mesmo se aliena de sua essência. Alienação significa perder o foco de sua própria essência ou se projetar em algo que apenas representa a si mesmo, sem sê-lo. Em Feuerbach, na essência do catolicismo a alienação religiosa consiste em anular a si mesmo em prol de um deus depositário de todas as qualidades humanas em estágio de perfeição. Na economia, a alienação consiste em não se reconhecer no trabalho, em não se desenvolver a si próprio, não realizar suas potencialidades, não deixar aflorar a criatividade humana no ato do trabalho; trabalhar apenas para sobreviver, rebaixar o trabalho à atividade de preservação biológica e depositar no pouco que resta de lazer diário alguma realização que o torne mais humano. Marx fala em alienação em relação ao processo de trabalho (simplificação das rotinas), alienação em relação ao produto (que vira mercadoria), alienação em relação ao outro e em relação a si mesmo.³

Então o modo de produção burguês não está a serviço das pessoas, mas do capital. A acumulação é algo que visa a si mesmo. Há, digamos, um automatismo sistêmico

³ Encontra-se uma excelente exposição do conceito de alienação em Marx em tese de doutorado de Agazzi (2000).

que impõe uma lei férrea de acumulação. O efeito do processo não é o de satisfazer cada vez mais a necessidades humanas legítimas, e com a satisfação delas liberar as pessoas para propósitos mais nobres da vida, tais como o aperfeiçoamento do caráter, a busca da erudição, os cuidados com a saúde, a vida entre amigos com os quais compartilham sua sensibilidade. Nada disso: a montanha de mercadorias produzida é tão somente para ser vendida, para se realizar na troca. As pessoas são compelidas a demandarem, se tiverem renda para tanto, não com base em necessidades humanas autênticas, mas pelo impulso consumista imposto pela propaganda, ou o consumo que apenas restabelece o papel peculiar de cada um, o consumo compatível com o posicionamento de cada qual na produção, o consumo endógeno, isto é, como *momentum* da produção, conforme bem enfatiza Marx nos *Grundrisse*.

A estrutura econômica vigente, isto é, o modo de produção burguês, não deve ser interpretada apenas teoricamente por meio da abstração, do raciocínio lógico puro. Metodologicamente falando, Marx prega que o estudo da realidade da economia burguesa deve começar da observação do material histórico, do mergulho no concreto dos fatos, de modo a derivar deles as abstrações. Uma vez abstraídos os elementos e as relações que constituem a essência dessa realidade, o teórico deve retornar a ela, dessa vez, não mais para observá-la em seus fatos crus, mas com o fito de reconhecer nela a concretude dos conceitos. Os conceitos e as abstrações obtidos na teoria devem ser validados voltando-se novamente à realidade concreta. No processo, a própria realidade é agora percebida de modo novo e peculiar: não mais como uma coleção de fatos isolados, mas enquanto resultado de múltiplas determinações abstratas. Com efeito, os conceitos passam então a residirem no concreto; antes de serem construções abstratas, os conceitos adquirem status de entidades reais. Marx é explícito nessa famosa passagem: “*O concreto é concreto por ser síntese de múltiplas determinações, logo unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação.*”⁴

Esse método de Marx não coincide com o método consagrado pelos economistas clássicos, o *apriorismo*, cuja autoridade suprema nessas questões foi, no século XIX, o célebre J. S. Mill. O ponto de partida do *apriorismo* dos clássicos não é a observação do material histórico, o concreto inicial que depois se torna a síntese realista de abstrações. No *apriorismo*, inicia-se aplicando o recurso da introspecção psicológica na qual os fatos fixados nas vivências pessoais do observador são aceitos como material empírico para a construção das premissas da teoria econômica, tidas como verdadeiras. O campo empírico geral, incluindo o material histórico, somente é empregado na segunda etapa, com o propósito de identificar o escopo das aplicações e as causas perturbadoras que não puderam ser apreendidas no caso particular em questão por meio da pura introspecção.⁵

⁴ (Marx 1974, p. 228).

⁵ Stuart Mill (1974, p. 300–301). Além da introspecção subjetiva, Mill também chama a atenção para

A construção de teorias altamente abstratas é um ponto em comum entre o método de Marx e o dos demais clássicos. No entanto, Marx rejeita o viés introspectivo do método de Mill, em prol de seu jogo metodológico no qual interagem a observação histórica e a abstração; caracterizado pela sequência: observação do concreto, abstração, reconstrução do concreto enquanto abstrações reais.

Volta-se o olhar agora para Menger.⁶ Ao contrário de Marx, o austríaco teve influência do *historicismo* alemão. Menger assume explicitamente essa filiação, tanto é que ele dedica a sua principal obra econômica a W. Roscher. No entanto, o austríaco considera que o método histórico não elimina a necessidade de um tratamento puramente teórico da economia. Menger, como tantos a sua época, defendia que a ciência econômica deveria tratar os fatos pertinentes a seu domínio de um modo segmentado. Em outras palavras, ele assevera que a investigação econômica deve lidar com o seu objeto utilizando-se de estratégias diferenciadas que interagem entre si e se complementam para efeito de uma abordagem adequada ao problema. A investigação histórica é fundamental, e Menger jamais pretendeu negar isso. Contudo, a análise histórica possibilita um estudo delimitado de aspectos específicos do fenômeno econômico. A história dá conta de entender o que se passa em determinado momento em certo local, isto é, o que ocorre em uma localidade, uma região ou um país. O estudo histórico, por si mesmo, não se presta a generalizações. O que se verifica nas ocorrências locais, o padrão observado do evento específico, não pode ser aplicado, sem condicionantes, a todos os lugares e em todas as épocas.

Em consonância ao método de seu amigo Max Weber, Menger avalia que o material histórico não pode se estruturar por conta própria. A massa de informações factuais fornecida pela investigação histórica não permite identificar as leis ou conexões gerais dos fenômenos econômicos. O estudo histórico interage com a abordagem alternativa de um tratamento teórico do problema. Teoria e história se reforçam reciprocamente. A história possibilita a identificação de tipos econômicos e de relações típicas. Esses elementos são por ela oferecidos à investigação puramente teórica, a qual se debruçando sobre eles será capaz, presume-se, de chegar às leis gerais do fenômeno. A teoria explica então o que há de geral em todos os fenômenos históricos. Depois, com a sua ajuda, a investigação histórica poderá orientar-se pelo conhecimento das relações gerais reveladas pela teoria. O conhecimento da lei geral dos fatos econômicos poderia então servir de orientação na seleção de temas prioritários na agenda da investigação puramente histórica.⁷

a necessidade de observação direta do mundo exterior a fim de combinar essa introspecção com as diferenças entre o indivíduo em análise e as outras pessoas. Mill sabidamente sofreu influência do método histórico de Auguste Comte. Em "*Auguste Comte and Positivism*" (Mill 1866) o método histórico (chamado de *método dedutivo inverso*) é apresentado por Mill como elemento fundamental para a compreensão do mundo.

⁶ A exposição sobre Menger baseia-se nas fontes originais e na interpretação fornecida por Feijó (2000).

⁷ Feijó (2000, p. 76–77).

Então Menger defende essa divisão de áreas na economia: há a história, que estuda o fenômeno na sua particularidade de um ponto de vista dinâmico; há a estatística que o estuda com um enfoque estático; há inclusive uma *morfologia econômica* (que identifica a estrutura econômica formada pelos tipos e as relações típicas apontadas pela história); mas há também, e de modo muito especial, o tratamento puramente teórico do fenômeno econômico, no que Menger denomina de o campo da *economia exata*. Exata, pois, estabelece as relações exatas entre os fenômenos, que teriam o mesmo *status* de leis físicas (ciência exata). A economia pura, portanto, identifica relações que não seriam refutadas pelos estudos históricos, porque ela já incorporou, na sua construção, elementos importados da história; ela foi capaz de ordená-los e reconhecer o padrão, não por meio de mais observação histórica, ou qualquer tipo de experimentação explícita, mas se utilizando de recursos apropriados ao tratamento puramente teórico.

O economista teórico não se interessa pela biologia ou pela física do fenômeno econômico; ele não o examina em sua materialidade biológica ou física. A teoria econômica edifica-se de um ponto de vista privilegiado: o fato de o cientista ser também um agente econômico; o fato de ele poder se transportar para a ação econômica considerada, e perceber as leis de comportamento que operariam nele próprio caso, ele mesmo, estivesse agindo. Trata-se da aplicação do princípio do *Verstehen*, que sempre vem em auxílio do esforço de compreensão teórica.

A técnica do *Verstehen* mantém analogias com o *apriorismo* dos economistas clássicos, mas com ele não se confunde. O apriorismo de Mill é um tipo de observação introspectiva carregada de conteúdos psicológicos. Ele situa-se bem distante da investigação histórica, pois, a sua base empírica não incide em fatos catalogáveis da história, mas, antes, no acervo de experimentos econômicos subjetivos que carrega o agente e que lhe possibilita, enquanto investigador econômico, extrair dele o campo empírico ampliado, o qual assegura a certeza dos postulados fundamentais da análise econômica. Isto é Mill; um tanto dogmático, firmemente convencido da veracidade da teoria ricardiana; mas não é Menger. Para o austríaco, a confiança que deposita na validade da teoria pura não se apoia na segurança do fato empírico; a confiança reside na crença da validade do raciocínio exato. A experiência histórica oferece o material a ser trabalhado pelo teórico, o *Verstehen* assegura a aplicabilidade do raciocínio exato; contudo, o momento teórico por excelência está no desenvolvimento de um raciocínio rigoroso, logicamente válido que, enquanto tal, não poderia nem mesmo vir a ser testado. Não há, portanto, um suporte de natureza empírica, nem psicológica, na validação do raciocínio da ciência exata da economia, a validade lhe é assegurada pela própria lógica. Nas palavras de Menger: “*Testar a teoria exata da economia pelo método empírico completo é simplesmente um absurdo metodológico, uma falha em reconhecer as bases e pressupostos da pesquisa exata... Querer testar a teoria pura da economia pela experiência em sua realidade plena é um processo análogo ao dos matemáticos que desejam corrigir os princípios da geometria mensurando objetos*”

reais.”⁸

A investigação história teria então o seu papel, ampliando o escopo da análise, identificando aquilo que a teoria exata não seria capaz de fazê-lo pela própria natureza delimitada de sua investigação. Não obstante, o *historicismo* alemão incorre no erro de pretender pela história dar conta de todo o fenômeno econômico. Então sem anular o papel da história, pelo contrário, mostrando a sua relevância, Menger intencionou convencer os historicistas a aceitarem a validade da abordagem puramente teórica.

O método de Marx não é nem o *historicismo* dos economistas alemães e nem o apriorismo do pensamento inglês. Tal método nem chega a ser uma reação ao historicismo, como o faz Menger: Marx simplesmente ignora-o. Mais precisamente, esse método surge da adesão crítica ao pensamento inglês à luz da ideia alemã de ciência. Carl Menger é bem menos comprometido com o pensamento econômico inglês do século XIX, no qual sua oposição oscila entre a indiferença e a repulsa; porém, assimila aspectos da tradição iluminista escocesa do século XVIII. A referência, para efeito de formação de pensamento em Menger, é a deferência crítica ao *historicismo*, o encantamento com o iluminismo escocês, bem como outros elementos que ele mesmo fundiu ligados à filosofia clássica de Aristóteles, ainda em voga na Áustria.⁹

A ordem econômica de uma sociedade, para Marx, é interpretada no contexto histórico. Trata-se de um objeto histórico para análise também da teoria. Estuda-se a formação histórica situando-a no conceito de *modo de produção*. Não se a estuda, entretanto, apenas compilando dados, identificando seus elementos, descrevendo-os em seus aspectos fenomênicos e superficiais. O teórico do *modo histórico de produção* procura examinar o seu mecanismo de funcionamento. Cabe, portanto, uma construção teórico-abstrata da essência do fenômeno econômico historicamente situado. A abstração não consiste em reconstruí-lo por meio do raciocínio lógico aplicado a elementos empíricos, como em Menger, consiste sim em identificar o próprio conceito teórico como produto do processo histórico, remetendo-o ao real enquanto elemento da mesma realidade histórica interpretada.

No caso de Marx, reconhece-se explicitamente que a aparência do fato econômico é enganosa. Parece ser uma coisa, mas, de fato, é outra. A realidade é revelada pelo exercício de interpretação teórica, exercício este que se vale e se volta sempre ao estudo da formação histórica. Contudo, Marx não se limita à identificação empírica de elementos e processos, estuda-se o seu mecanismo secreto, as leis de

⁸ Menger (1985, p. 70, tradução nossa).

⁹ Sobre a influência da filosofia aristotélica em Menger, cf. Feijó (2000, p. 69–71): “Alter, Kauder, Cubeddu e White apontam aspectos do pensamento aristotélico que teriam sido decisivos na formação das ideias de Menger. Os principais são a ideia de causalidade e o ‘realismo filosófico’... A ideia de causalidade em Menger possui um significado específico muito próximo ao que encontramos nos textos de filosofia clássica. A relação de causalidade é sempre temporal... O ‘realismo filosófico’ é outro aspecto de sua epistemologia que não pode ser desconsiderado. Em sua visão filosófica, os conceitos sempre denotam objetos que possuem uma existência concreta e, dessa forma, as palavras são apenas um meio de remetê-los para dentro do discurso”

funcionamento que permanecem ocultas, mas que podem finalmente ser reveladas pelo esforço teórico.

O essencialismo de Marx não se trata de afirmar a crença em um mundo essencial, ou em fazer uma dicotomia entre um mundo aparente e um mundo essencial, concebendo-se este último como substrato do primeiro. Não é que as coisas tenham uma natureza interna, além de uma natureza externa. Pois, não se trata da postulação, de natureza ontológica, da existência de um mundo essencial.¹⁰ Marx adere à visão de Hegel que concebe a essência como reflexão: “*a essência (...) não está por trás do fenômeno, senão que é através dele que a essência é o que existe, a existência é fenômeno.*”¹¹

Na *Ciência da Lógica*, Hegel afirma que o fenômeno revela a essência de modo ilusório. Então, a mera aparência da essência não corresponde à essência mesma.¹² A análise marxista do fetichismo da mercadoria ilustra este tipo de ilusão na qual “*uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas*”.¹³ Mas a aparência ilusória encobre uma realidade fundamental que ocorre na economia, identificada como sendo a *substancialização* do trabalho humano que, como *trabalho social abstrato*, assume o caráter de coisa independente e oposta ao *trabalho concreto*. Em Marx, portanto, essência e aparência (ou fenômeno) são determinações reflexivas, as quais, digamos, passam uma na outra. Exemplificando, em *O Capital*, a essência valor manifesta-se no fenômeno valor de troca. A lacuna entre uma e outra ocorre apenas para o entendimento limitado.

Menger também concebe um fracionamento da realidade entre essência e aparência. A essência consiste no modo de funcionamento descrito pela lógica, pela *teoria exata* da economia; a aparência é o complexo de informações específicas estudado pela história e pela estatística. A realidade apresenta-se na sua aparência aos estudos históricos. Cumpre à orientação teórica identificar o que se tem de geral e de permanente no fenômeno econômico.

Ambos os escritores de língua alemã, Marx e Menger, compartilham esse “*essencialismo*” típico do pensamento do século XIX, em que pesem as diferentes inclinações epistemológicas.¹⁴ O argumento central deste ensaio é que o “*essencialismo*”, isto é, a crença em um mundo essencial, acarreta problemas teóricos quando se procura, partindo da essência, explicar o comportamento da aparência dos fatos econômicos (o fenômeno). Em particular, ambos têm dificuldade em integrar suas respectivas teorias do valor a uma explicação dos preços. Mas antes de investigar essa questão central, cabe examinar mais de perto a descrição

¹⁰ Portanto, não se deve evidentemente vincular Marx à tradição metafísica antiga e medieval que separa essência de aparência.

¹¹ Hegel (1830, p. 121).

¹² Hegel (1812, p. 345–349).

¹³ Marx (1985, p. 81).

¹⁴ A respeito do essencialismo de Marx, ver Aron (2005, p. 386–388). Sobre a epistemologia de Menger, consultar Alter (1990, p. 151–155).

da ordem econômica em cada qual.¹⁵

Começando por Marx, para ele a ordem econômica é parte do ordenamento social como um todo. É, digamos assim, o carro chefe da ordem social. As instituições sociais, políticas, jurídicas, culturais etc. acomodam-se à ordem econômica. A interação ente elas não é tranquila. Um modo de produção carrega consigo resquícios de um modo anterior e as instituições vão se adaptando umas às outras, isto é, vão se tornando relativamente compatíveis e funcionais num processo histórico não totalmente harmônico. O importante a salientar é que as instituições com maior chance de sobrevivência são aquelas que se mostram eficientes para o funcionamento da economia. Na ótica de Marx, a economia, de fato, comanda todo o processo de acomodação entre instituições sociais.

A ordem social é uma realidade histórica, um modo de produção. Marx descreve e examina um modo particular (sem deixar de tecer considerações sobre modos ancestrais e até futuro) que denomina de *modo de produção burguês* (entendemos hoje por capitalismo). Então Marx examina uma ordem econômica particular: o capitalismo. Como seguidor de Smith (insiste-se nessa filiação), o pensador alemão identifica um sistema econômico que surge como efeito não intencional das ações humanas individuais. Menger pensa da mesma forma neste tocante. Para o funcionamento do sistema, é necessário que as pessoas atuem nele com comportamento autointeressado. Smith percebeu isso: esse tipo de comportamento individual é a chave na explicação do funcionamento da mão invisível dos mercados. A mão é invisível porque as pessoas se beneficiam do efeito combinado de ações de diferentes indivíduos sem se darem conta disso: o benefício social trata-se de resultado de um sistema natural. A ordem econômica para Smith é um sistema homeostático de equilíbrio automático com *feedback* negativo. A uma perturbação, ele oferece respostas autoequilibrantes que restabelecem a condição anterior.

Smith não concebe a visão rósea da economia de mercado que seus detratores lhe atribuem, mas ele possui, de fato, uma visão positiva do funcionamento dessa economia. No século XIX, perdeu-se esse otimismo smithiano, e Marx, nesse sentido, não fez mais do que seguir o pessimismo dos economistas clássicos, responsável pela pecha da economia de *ciência triste*.

O pessimismo de Marx em relação à ordem burguesa não se deve ao fato de ele descrever de sua capacidade de produzir riquezas. Marx reconheceu, a bem da verdade, o poder econômico desse modo de produção, até então inigualável; contudo identificou irracionalidades, crises, injustiças e alienação nessa forma de organizar a produção e a distribuição de riquezas.

Se a sociedade burguesa gera esse efeito negativo, então como ela pôde surgir? Marx segue o iluminismo escocês do século XVIII na crença de que a ordem social é uma consequência não intencional da ação humana. Nesse aspecto, ele não difere de Menger. Mas o austríaco acha que a ordem econômica pode ser explicada com base no estudo do comportamento individual e dos efeitos que decorrem da

¹⁵ A tentativa de discutir duas teorias de valor díspares entre si não implica em defender que elas tenham de fato um núcleo comum.

ação individual em interação e encadeamento com os efeitos da ação dos demais agentes. Nessa concepção metodológica, a teoria cuida de explicar a totalidade social partindo da ação individual e acompanhando os seus efeitos combinados. Procedimento esse conhecido por *individualismo metodológico* (na acepção de Schumpeter). Marx é mais outro dos que acreditam que a ordem surge da ação individual e da combinação de efeitos. Contudo, para ele, não se pode acompanhar teoricamente o processo de constituição da totalidade social pela aplicação do *individualismo metodológico*. Pois, na sua acepção, o fenômeno social não é apenas uma resultante lógica do processo de escolhas, trata-se, na verdade, assegura Marx, de um fenômeno histórico no qual as ações passadas foram cristalizadas em instituições sociais, instituições essas que afetam e condicionam as ações atuais e que são determinantes na obtenção de resultados para o funcionamento social. Um processo histórico complexo resultou, em parte pelo acaso, em parte sujeito a leis de desenvolvimento histórico, em determinada formação social; no caso a ordem econômica burguesa, o capitalismo como se entende hoje. Não é possível para Marx explicar essa ordem partindo-se das ações individuais. Até porque a ordem não advém das ações individuais seguindo um processo que poderia ser acompanhado pela lógica pura. Indo além: enquanto a história interessa-se pelo modo como a sociedade pôde se constituir historicamente, para a teoria econômica marxiana interessa a maneira como essa sociedade se reproduz. O mecanismo de reprodução não pode ser acompanhado como efeito de ações isoladas. Devem-se estudar diretamente as propriedades e o funcionamento da formação social, e identificar neles as leis imanentes pelas quais o capital se reproduz.

Os detratores acusam o método de Marx de ser *holístico*, um tipo de *coletivismo metodológico* que não obedece ao rigor de uma explicação que entende as macro-propriedades da ordem social a partir das micropropriedades da ação individual. O apreço pela história impossibilita Marx de aderir ao *individualismo metodológico*, embora ele aceite que a sociedade se constitua pelos efeitos não intencionais da ação humana. A ordem social é um complexo de interações entre ações individuais e instituições sociais datadas historicamente que não deve ser examinado de um ponto de vista puramente lógico. As formações sociais são um produto da história, e não logicamente decorrentes da ação humana. Portanto, suas leis de funcionamento são percebidas por intermédio de uma orientação de pesquisa que combina estudo da história e teoria abstrata de uma forma muito peculiar em Marx.

Uma vez historicamente constituída, a ordem social, entendida como um *modo de produção*, passa a funcionar segundo leis sistêmicas que desconsideram os propósitos individuais das pessoas nela inseridas. Metaforicamente falando: a criatura se volta contra o criador. Do criador a criatura extrai a sua humanidade e o converte em mero suporte de relações sociais. As escolhas legítimas são substituídas por comportamento compulsório. Necessidades humanas genuínas são trocadas por pseudonecessidades que autorizam um consumo voltado para fim precipuamente de realização do valor. O objetivo de produção de riquezas para a satisfação humana é enfraquecido pela diretriz de acumular capital como um fim em si mesmo. Não

é pela análise lógica que Marx chega a essa descrição e conseqüente revelação das propriedades deletérias da ordem burguesa, mas por um estudo da história; um estudo que não se limita à compilação de dados e acumulação de monografias históricas meramente descritivas. Marx procura compreender leis de funcionamento dessa sociedade com base na análise abstrata que parte de dados históricos e depois é validada por eles. A falta de autonomia humana, apontada por Marx, é para ele um dado da observação histórica. Mesmo que a ordem social seja criação do homem ela não se coloca a serviço de sua realização. Essa é essencialmente a tese de Marx.

Carl Menger estuda a gênese das instituições que vicejam nas economias de mercado. A unidade de análise situa-se numa escala menor. Menger trabalha com uma verdadeira teoria das instituições. Separa as instituições espontâneas das que são criadas artificialmente. Argumenta que as instituições espontâneas podem ser demonstradas como resultado não intencional das ações humanas. Acredita que as instituições espontâneas são orgânicas, isto é, benéficas e funcionais para o desempenho do sistema, como a mão invisível no sistema natural de Smith. Mostra ainda que o conjunto destas instituições espontaneamente organizadas ainda não preenche o requisitos institucionais para o funcionamento de uma complexa economia, e que as pessoas criam ainda, dessa vez intencionalmente, um número de instituições artificiais que dão conta dos aspectos da conduta humana, e de certas situações, ainda não cobertos pelas instituições orgânicas. Ademais, as instituições artificiais facilitam a acomodação entre as congêneres orgânicas.¹⁶ A teoria das instituições de Menger é semelhante à explicação da ordem social oferecida por Max Weber, embora ambos discordem em alguns pontos.¹⁷

Marx não oferece uma teoria detalhada das instituições sociais, sua análise nesse aspecto não tem o alcance e a profundidade do *Untersuchungen* de Menger. O foco da análise marxiana recai na macroinstituição do capitalismo, uma formação histórica, que ele julga ser indesejada, nada favorável a um bom projeto de realização humana em sociedade; diferente das microinstituições orgânicas de Menger que são tidas como benéficas. Enquanto para Marx as instituições são entendidas como produto de um complexo processo histórico, e o capitalismo trata-se de um sistema social, dotado de normas internas de funcionamento, que persegue a reprodução e a acumulação e que subjuga as pessoas ante propósitos de sobrevivência do sistema, para Menger as instituições são facilitadoras da vida econômica, do processo de busca de obtenção de bens econômicos para a satisfação de necessidades pessoais. Fundamentalmente a descrição de Menger da ordem econômica de mercado é a seguinte: a ordem é entendida *geneticamente*,

¹⁶ Menger (1985, p. 139–160).

¹⁷ Lachmann (p. 57–58 1971, tradução nossa) afirma: “Certamente é possível encontrar-se, no período inicial do pensamento de Menger, um determinismo mais rígido voltado aos ideais de ciência natural do século XIX, a que Weber, como sabemos, rejeitou... Qual foi a atitude de Weber em relação a este problema? Conforme veremos a seguir, ele discordou da Escola Histórica e estava disposto a conceder um apoio cuidadosamente qualificado a Menger. Mas nota-se que Weber sentia-se desconfortável, no entanto, com a posição ambígua de Menger no tocante ao determinismo e achou possível convencê-lo de que ele, Menger, também não tinha a resposta completa. Nestas circunstâncias, Weber pôde ter pensado que seria prudente deixar toda a questão em aberto... Para Weber, com sua aversão à teorização desnecessária, nenhuma teoria geral atraía sua atenção.”

em analogia a um organismo biológico que se desenvolve por acionamento da informação codificada no DNA. O código genético da ordem econômica é o processo de economização.

Por economização entende-se: a existência recorrente de insatisfação, o organismo sinaliza que suas necessidades não estão satisfeitas em dado momento; a busca humana pelo atendimento cotidiano de necessidades individuais; o fato de que esse atendimento depende do conhecimento individual de quais dos bens serão capazes de atendê-las; também o fato de o bem em questão realmente possuir propriedades que possibilitam, quando usufruído, o atendimento efetivo de necessidades; a possibilidade de o bem poder ser adquirido, ser apanhado ou caber dentro da restrição orçamentária da pessoa. O processo de economização ocorre para bens escassos que não estão livremente disponíveis para o atendimento de todas as necessidades; há um conjunto de necessidades não satisfeitas por bens livres que requerem, portanto, a obtenção de bens escassos, ou bens econômicos. Bens econômicos, por serem escassos, não conseguem atender a todas as necessidades do indivíduo, portanto, algumas delas não serão atendidas, ou o serão apenas até certo ponto, deixando ainda um grau de insatisfação. A economização pressupõe o uso racional dos bens econômicos de modo que apenas as necessidades (mais precisamente: porções de necessidades atendidas por porções de bens) mais importantes serão satisfeitas, deixando outras não plenamente satisfeitas ou não atendidas de modo nenhum. Portanto, a economização trata-se do uso racional de bens escassos.

A presença de necessidades a todo o momento recriadas e o uso racional de bens escassos é o DNA da vida econômica. O atendimento racional das necessidades é a economização. O processo de economização leva não apenas a alocar da melhor maneira os bens disponíveis que cabem no orçamento, mas também leva à busca de expansão da renda, busca de dispor de um estoque maior de bens; leva a preocupações com o futuro, ao comportamento previdente, à combinação presente de bens de produção que levarão a um estoque maior de bens de consumo final em diferentes datas futuras. Para fazer tudo isso, o agente necessita de conhecimento. Mas o conhecimento, na condição real, é sempre limitado, é escasso tanto quanto os bens econômicos. Então há também uma busca por conhecimento: conhecimento das próprias necessidades, conhecimento da disposição e da propriedade dos bens, conhecimento das necessidades futuras, conhecimento das condições técnicas da produção, produção essa que consome tempo. Enfim, conhecimento que envolve tudo o que diz respeito ao atendimento das necessidades atuais e futuras, de como se pode dispor cada vez mais de bens para o atendimento de necessidades que crescem com o aprendizado acumulado de como produzir mais e melhor.

Em comum, Marx e Menger acreditam que a esfera econômica origina todas as outras dimensões da vida social. Ambos são *economicistas*, isto é, consideram a explicação econômica, e o fenômeno econômico como tal, o carro chefe de toda a explicação da ordem social, e não apenas econômica. Para Karl Marx, a infraestrutura do modo de produção burguês condiciona o conjunto de instituições que viceja na superestrutura do mesmo modo de produção. Para Menger, o processo

de economização origina as instituições econômicas que interagem com as demais instituições (jurídicas, culturais etc.), sendo que são as primeiras que comandam o processo de acomodação com as segundas; ou seja, a consistência entre as instituições preserva a primazia das instituições econômicas.

Em vida, ao que sabemos, não houve nenhuma interação entre Marx e Menger. De fato, eles foram precursores de visões da economia que, depois, iriam ensejar escolas de pensamento diametralmente opostas. Este ensaio, entretanto, investiga um importante aspecto que os une e que suscita dificuldades interpretativas em ambos, que é o fato de serem *essencialistas*. A exposição da teoria do valor em cada qual, na próxima seção, mostrará a caracterização comum de uma teoria que se desdobra em uma explicação da essência e outra da aparência.

3. Teoria do Valor em Marx e Menger: Uma Comparação

Não obstante a raiz *ricardiana*, a teoria do valor marxiana afigura-se inteiramente original.¹⁸ Pesa o fato de que a dialética de Hegel condicionou a fundo a visão de Marx. Ele percebeu a realidade do capitalismo como contraditória, e situou nos choques entre classes sociais a contradição principal. Também herança de Hegel, Marx identificou no devir da história os tipos para análise teórica, de modo que os fenômenos estudados pela economia ficam condicionados historicamente. Não há tipos universais em Marx, apenas tipos históricos (esse ponto lembra o *historicismo* alemão). O ser humano em Marx não é um tipo universal como em Ricardo e Mill, mas um ser em constituição, um ser contraditório que ainda não se desenvolveu como plenamente humano, que está *pressuposto* e, ainda, *não-posto* – sem pretender abusar dessa terminologia hegeliana.¹⁹

Na teoria do valor de Ricardo, ele sustenta que o valor é determinado, tem como causa, a quantidade de trabalho incorporado na mercadoria em questão. Marx assevera algo muito diferente: o valor é a quantidade de trabalho socialmente necessária para a obtenção da mercadoria. Significa então que o valor é determinado socialmente, depende do tempo médio de produção, levando-se em conta a produção média na sociedade. Mas como a produção da cadeira em certo lugar pode manter relação com o valor de cadeira similar produzida em outra localidade? Como os dois processos de produção se comunicam na determinação do valor? Marx parte do modelo de uma economia de mercado na qual os produtores são independentes entre si e autônomos em relação aos demais. No plano da explicação econômica, eles só se comunicam pelo mercado, ou melhor, as mercadorias é que se comunicam e o fazem no ato da troca; a linguagem de comunicação é o valor. Apesar de do ponto de vista econômico os produtores serem independentes uns dos outros e só interagirem pelas mercadorias no mercado, na perspectiva da análise sociológica eles interagem de muitas formas. O processo social faz com que os trabalhos privados dos produtores de cadeira sejam ajustados uns aos outros e com os demais trabalhos associados

¹⁸ Um bom estudo da teoria do valor em Marx pode ser consultado em Garegnani (1979).

¹⁹ Sobre os conceitos hegelianos de *posto* e *pressuposto* ver Fausto (1997).

a qualquer coisa na economia pela linguagem do valor. O valor em Marx trata-se de um conceito também sociológico que faz com que a socialização dos produtores privados e independentes comece já na própria produção. A correspondência de valor entre os trabalhos é determinada sociologicamente já na esfera da produção, antes mesmo de as mercadorias irem aos mercados.²⁰ O ajuste entre os trabalhos privados é feito pela determinação do valor. Por terem valor, as mercadorias já sabem a proporção em que serão trocadas no mercado, independentemente das vicissitudes do mercado; não a proporção na qual serão efetivamente trocadas em cada situação particular, porém, sabe-se *a priori* aos mercados em torno a que preço de atração orbitarão os preços de mercado; sabe-se ao redor de onde irão oscilar os preços de mercado. Há um centro de atração dos preços e esse ponto central é o valor, tal como definido por Marx.²¹

O fenômeno dos preços é um dado aparente de mercado; o valor seria uma explicação mais essencialista, que explica para onde tenderão os preços à medida que os agentes arbitram entre mercados, buscando cada qual o máximo de proveito próprio, mas é também a condição em que os trabalhos privados se socializam no estabelecimento da coordenação social. O preço de convergência é o preço de coordenação. O valor trata-se de determinação social; a coordenação é anterior ao mercado, ela se dá na esfera da produção.

Na mesma esfera da produção também ocorre a ampliação do valor. Isto se dá porque a mercadoria força de trabalho, ao ser comprada pelo patrão pagando-se o que realmente vale (o tempo socialmente necessário para a sua reprodução), confere-lhe o direito de desfrutar do valor de uso dessa força de trabalho (como ocorre em qualquer mercadoria comprada) e o valor de uso do trabalho produz mais valor. O mais valor é a *mais-valia* que é apropriada pelo padrão, embora a produção desse valor deva ser atribuída apenas ao trabalho. O valor só pode ser originário do trabalho. As demais mercadorias que se combinam com o trabalho na produção (os fatores de produção denominados de capital) são também fruto de trabalho, mas de um trabalho passado que já foi remunerado pelo que vale, uma *mais-valia* já extraída; é trabalho morto que transfere integralmente o seu valor para a mercadoria final da qual participa e, fora isso, são remuneradas também pelo tempo em que ficam empatadas na produção (juros do capital). A *mais-valia* é a fonte dos lucros do capitalista, é a explicação do lucro que faltava a Ricardo. O lucro, portanto, advém da exploração da mão de obra. A exploração seria o segredo do capitalismo por fim desvendado por Marx. O processo de acumulação do capital nada mais seria do que o processo de extração ampliada da *mais-valia*. A taxa de lucro depende da taxa de *mais-valia*, e também da relação entre capital variável (compra de mão de obra) e capital constante (compra dos demais fatores).

Vejamos agora a teoria do valor em Menger. O ponto de partida da análise mengeriana é microscópico, ele não olha o processo social como um todo como

²⁰ Cf. Napoleoni (1979).

²¹ A metáfora dos preços de mercado sendo atraídos ao centro onde reside o valor, como a Terra é atraída pelo Sol, remete a Adam Smith. Cf. Feijó (2007, Cap. 5).

o faz Marx, olha a relação do agente com o conjunto de bens econômicos. O valor é a importância que atribuímos à satisfação de nossas necessidades, não um tipo de necessidade concebida abstratamente, mas a satisfação de um montante de necessidade associado ao consumo da última porção do estoque disponível do bem.²² A importância dessa última necessidade satisfeita, o grau de satisfação alcançado por esse consumo, é o que determina o valor comum de cada uma das porções homogêneas consumidas do bem. O valor de dez copos de água é dez vezes a importância da satisfação atendida pelo último copo empregado, quer seja para eliminar a sede, lavar os alimentos, dar de beber aos animais ou regar o jardim. Não importa o uso, importa que os diferentes usos sejam dispostos numa hierarquia de importância das porções de água, e que cada porção empregada, da primeira à décima, o seja de forma que em cada uma o montante de necessidade mais importante seja satisfeito.

O valor dos bens de capital é determinado pelo valor do bem de consumo final que esse capital contribui para a obtenção. O valor do bem final é repartido entre todos que contribuíram para a sua obtenção. Cada fator de produção tem o seu valor determinado por uma condição marginal que leva em conta a variação na disposição do bem final quando para a sua produção se dispõe de uma unidade a menos do fator de produção em questão. A importância da necessidade que deixou de ser satisfeita pela quantidade reduzida do bem final, porque foi subtraída uma unidade do fator de produção a ela associado, confere valor ao estoque total do bem de produção homogêneo em questão, como um múltiplo do valor da margem subtraída.

Então Menger concebe o valor como uma medida de um estado psicológico. O valor é gerado no ato de consumo do bem final, ou então para os bens de produção tem-se o seu valor estimado pela avaliação de qual seria a importância atendida pelo bem final que ele concorre para a produção.²³ Nesse caso, a avaliação do valor está sujeita a erro porque ela depende de uma projeção sobre a importância futura das necessidades. Mesmo a avaliação da importância da satisfação atendida por um bem de consumo imediato se sujeita a erro. Embora a avaliação da importância seja um fato que envolve conhecimento e, como tal, esteja sujeito a enganos, a importância em si dos bens para consumo, isto é, a importância mesma das necessidades, não depende do arbítrio das pessoas, mas constitui um fato natural em Menger: *“Para nós, a importância do atendimento das diversas necessidades não encontra*

²² A ideia de que existiria um montante de necessidade a ser satisfeita não sugere uma interpretação cardinalista da teoria do valor mengeriana. Aliás, a interpretação cardinalista da contribuição de Menger não é usual na literatura. Contudo, seguimos a seguinte passagem contida em Feijó (2007, p. 280): *“O austríaco Menger associa números às utilidades e diz que eles só expressam magnitudes relativas da importância das satisfações. Diz ainda que não é importante o ponto zero da escala, mas faz afirmações como ‘a utilidade de A é duas vezes a utilidade de B’ que mostram que ele não se desvincilhou completamente da cardinalidade.”*

²³ Dizer que o valor é gerado no ato de consumo, no sentido de que neste momento ocorre o processo de satisfação de necessidades, isso não encobre o fato de que, em Menger, o valor acompanha uma determinação natural anterior ao momento do consumo. Menger explicitamente apresenta o comportamento do agente como um plano orientado por necessidades preexistentes. Pois, a hierarquia objetiva e natural da importância dos bens é anterior ao mercado.

*sua medida em nosso arbítrio, mas antes na importância que independente de o querermos ou não, tem o atendimento de cada necessidade para nossa subsistência ou para nosso bem-estar.”*²⁴

Esse mundo das determinações naturais das necessidades é o mundo dos valores de Menger. É a esfera que viceja na essência do fato econômico e que não se manifesta na sua aparência. Na aparência, temos preços que são dados de mercado os quais depen-dem da disponibilidade e do uso da informação pelos agentes. Os preços são fenômenos históricos e acidentais dos mercados, mas o valor é a essência do processo das trocas. As pessoas compram porque elas atribuem mais valor ao que adquirem do que ao que é dado em troca. As pessoas vendem, pois, o que recebem em troca é tido como mais valioso. Os preços nos mercados devem respeitar esses limites de aceitação impostos pela determinação do valor. No entanto, a determinação dos preços não é tarefa da teoria. A teoria fornece um arcabouço geral das regiões no interior das quais os preços serão formados no mercado. Pode-se também conjecturar teoricamente certas hipóteses sobre a distribuição das informações entre os agentes e hipóteses sobre estratégias de barganha, e inferir assim teoricamente a distribuição de preços prováveis ou o sinal das suas variações. Contudo, só a pesquisa histórica dá conta de acompanhar os preços tais como são efetivamente manifestados nos mercados. A pesquisa histórica pode nos dizer que informações foram relevantes para os agentes, quais as estratégias efetivas que foram adotadas pelas partes etc., e permite acompanhar os preços verificados. A teoria descreve a essência dos fenômenos que é a determinação dos valores.²⁵

A interpretada fornecida de que a teoria econômica não deve se preocupar em determinar preços parece contraditória com a passagem que aparece já na introdução do *Grundsätze* em que seu autor afirma: “*Dedicamos especial atenção à investigação do nexo causal entre fenômenos econômicos ligados a produtos e os respectivos fatores de produção. Não o fazemos apenas por constatar a existência de uma teoria abrangente dos preços, de perspectiva unitária, correspondente à natureza das coisas e englobando todos os tipos de fenômenos monetários a ele referentes... mas inclusive em razão das importantes informações que com isso adquirimos sobre vários outros processos e eventos econômicos até hoje inexplicados.*”²⁶

É fato que Menger dedicara o capítulo V do *Grundsätze* à consideração dos preços, conforme o próprio título do capítulo explicita: “*A Doutrina sobre o Preço*”. Inclusive, este capítulo é considerado por muitos intérpretes como o ponto alto da obra.²⁷ Contudo, observando-se atentamente o conteúdo desta parte da obra, a preocupação de Menger não é a de construir uma teoria dos preços, especialmente

²⁴ Menger (1871, p. 95).

²⁵ Feijó (2000, p. 84–91). A tese de que a determinação dos preços não é tarefa da teoria segue a interpretação de Alter (1982, p. 153) que afirma: “*Na sua teoria econômica, os valores constituem a essência subjacente à atividade econômica, enquanto os preços são apenas um fenômeno acidental; eles são aparência de superfície.*”

²⁶ Menger (1871, Prólogo, p. 241).

²⁷ Vide a introdução de Hayek ao *Grundsätze*: Menger (1871, Introdução, p. 213–232).

quando se interpreta uma análise neste sentido como uma teoria de preços de equilíbrio. De fato, não é disso que se trata. A teoria mengeriana de formação dos preços concentra-se em determinar os limites de oscilação dos preços dentro de um domínio estabelecidos pelos valores que os agentes participantes atribuem ao bem que está sendo negociado.

A seguinte passagem sumariza o esforço de Menger no Capítulo V da obra em tela: “*Sempre que existirem as bases para a troca econômica entre dois indivíduos (no tocante a dois bens), existirão, em virtude da própria natureza da situação, determinados limites dentro dos quais deve ocorrer a formação do preço, se quisermos que a permuta tenha caráter econômico.*”²⁸ Então Menger estuda a faixa de variação de preços em diferentes cenários, como troca isolada, comércio de monopólio, monopólio com concorrência entre compradores, concorrência bilateral etc., reservando a análise para a determinação da faixa de variação de preços: “*Dentro de que limite se fixara o preço?*”. Ou em questões como: “*A quem será destinado um bem objeto de monopólio?*” Os limites da região de formação dos preços são estabelecidos pelos valores dos bens envolvidos, dado o contexto e os agentes em questão. Contudo, a teoria efetivamente não aponta para um preço de equilíbrio, e muito menos para um preço em particular que resultará de certa conjuntura. Apenas aspectos mais gerais do processo de formação dos preços são examinados pro Menger.²⁹

A diferença entre as teorias do valor de Marx e Menger explica-se pela respectiva visão a elas subjacente. Marx percebe o processo econômico como uma determinação histórica na qual a produção persegue a acumulação de capital. O atendimento das necessidades seria secundário no processo. O próprio sistema gera endogenamente as necessidades individuais que possibilitam assim a venda das mercadorias. A maneira como os agentes estão inseridos na base da produção já determina o conteúdo das demandas, conforme Marx é bastante explícito nos *Grundrisse*: a tese da demanda como momentum da produção. Já para Menger, o sistema econômico funciona para o atendimento de necessidades humanas autênticas; cuja base é natural e na qual o agente apenas precisa coletar informações suficientes a fim de reconhecê-las, de forma a não errar em suas avaliações. À medida que o sistema de produção da economia de mercado se expande, são criadas dinamicamente novas necessidades. Contudo, a necessidade é um legítimo ponto de partida do funcionamento da ordem econômica que se coloca a serviço do seu atendimento. Em Marx, as necessidades são um subproduto de um sistema de acumulação; é uma serva e não uma senhora.

Para as duas interpretações coloca-se o problema de explicar a convergência dos preços de mercado partindo-se de uma explicação do valor como um dado

²⁸ Menger (1871, p. 334).

²⁹ A interpretação que escolhemos para os processos de formação de valores e preços em Menger segue as ideias de Alter (1990). Na literatura, na década de 1990 esta interpretação fora questionada por autores como Enders (1995) e White (1990). Inclusive a ideia defendida na próxima seção de que existe um problema de transformação em Menger é questionada por ambos. No entanto, em que pensem as críticas não se considera aqui necessário o abandono da tese de Alter. Não localizamos nenhum ensaio em que Alter tenha respondido às críticas.

essencial do fenômeno. Vejamos então como, em cada qual, se coloca o problema da transformação de valores em preços.

4. O Problema da Transformação em Teorias Essencialistas

Marx e Menger, ao compartilharem teorias dicotômicas do valor que separam o valor como essência e os preços como aparência dos fenômenos, enfrentam o problema comum de justificar uma teoria *essencialista* para efeito da explicação econômica. A teoria do valor em ambos pode ser encarada como uma determinação filosófica do funcionamento de uma economia de mercado, e nesse sentido não se deve exigir dela uma explicação de fatos econômicos tais como a determinação teórica dos preços acidentais dos mercados. Trata-se, mais propriamente, de formular uma visão filosófica do processo econômico na qual igualmente se postula que a realidade fenomênica encarrega-se de ajustar-se à realidade essencial, sem que o teórico tenha, ele mesmo, de dar conta de uma explicação e de um acompanhamento detalhado do processo de ajuste na prática. No entanto, acreditamos que os seguidores dessas orientações, discípulos de Marx e Menger, amiúde alimentam a pretensão de aplicar os respectivos esquemas explicativos de natureza filosófica, a que cada qual adere, a uma explicação teórica fundamentada de fatos econômicos aparentes, dos preços formados nos mercados a partir dos valores. Eles acreditam que a aplicação da teoria *essencialista* na explicação do dado aparente daria mais credibilidade aos sistemas teóricos a que seguem. Vejamos então os obstáculos que se colocam para essa tarefa.

No Capítulo V do *Grundsätze* de Menger, o austríaco detalha a explicação do processo de formação dos preços na economia orientando-se por sua teoria do valor. A teoria não explica propriamente os preços, no entanto, enquadra o processo de formação de preços dentro de condicionantes fornecidas pela teoria do valor. Os preços são formados de modo que nenhuma parte fica compelida a pagar pela mercadoria mais do que a importância relativa que lhe atribui em relação à importância do dinheiro que dispõe. Os preços atuam como critérios que selecionam os ofertantes que atribuem menos importância à mercadoria que dispõe e demandantes que mais valorizam as mesmas mercadorias. O preço específico que se formará no mercado depende da região de preços viáveis, região essa que não viola as leis do valor. A distribuição da informação entre as partes envolvidas, bem como as estratégias de barganha, irão determinar a trajetória dos preços e a distribuição de probabilidades de incidências nas regiões efetivas em que os preços se darão como resultado do processo de barganha. Apenas a história seria capaz de descrever os preços específicos, a teoria do valor descreve as linhas gerais do processo de formação dos preços.

Para Marx, por outro lado, os preços de mercado são orientados pelos valores. Os valores são formados na esfera da produção e traduzem um processo de coordenação social dos produtores privados; convertem trabalho privado em trabalho social. Nos mercados, os valores se desdobram em *preços de produção* que funcionam como

centro de atração dos preços praticados. Então a análise essencial do valor deve levar à teoria de determinação dos preços de produção que, por sua vez, explica a convergência dos preços de mercado. Marx trata de explicar *preços de produção* (entendidos como centros de gravitação dos preços de mercado), os salários e os lucros a partir de conceitos da análise essencial: respectivamente os valores, o capital variável e a *mais-valia*. Os preços de mercado e os *preços de produção* pertencem à esfera do fenômeno, os valores vicejam na análise da realidade essencial. O problema da transformação em Marx foi apontado por diversos críticos, começando por Tugan Baranovsky e Böhm-Bawerk, como sendo uma falha do sistema marxiano de mostrar a formação dos preços com base nos valores. Mais recentemente, o problema da transformação em Menger aparece na crítica de Max Alter que mostra que a teoria do valor do austríaco não poderia servir de guia para a determinação de preços na situação concreta dos mercados.³⁰

Vejam os mais de perto onde residem as duas problemáticas da transformação de valor em preços, começando por Marx. A sua análise é setorial, em cada setor da economia Marx calcula como os valores das mercadorias são formados. Supondo um montante de capital imobilizado, uma parte do capital constante é transferida para as mercadorias, a parte depreciada pelo uso das máquinas, ferramentas etc., e todo o capital variável o é pela contratação de trabalhadores. Assim o valor das mercadorias é formado pela soma de capital constante, capital variável e *mais-valia*. Supondo que a taxa de *mais-valia* seja a mesma em todos os setores, porque o grau de exploração é o mesmo em todos eles, a taxa de lucro seria diferente entre diferentes setores. Isto é claramente incompatível com a hipótese ricardiana de arbitragem entre os setores. Marx acredita que as taxas de lucro se nivelam numa taxa geral de lucro que é a média entre os setores da economia. À medida que o capital se move dos setores de menor lucro para os setores de maior lucro os valores são, por fim, transformados em preços de produção (o ponto de atração da convergência dos preços de mercado). Quando as taxas de lucros finalmente se igualam, o lucro comum a todos os setores deve coincidir com o lucro anterior praticado pelo ramo de composição média do capital (média da relação capital constante-capital variável). O valor se transmuta em preços de produção. Estes preços passam a guiar a convergência dos preços de mercado.

Além do problema de fornecer um fundamento microeconômico a esse processo de transmutação do valor em preços de produção, problema que foge ao escopo deste ensaio, os críticos apontam uma falha na argumentação de Marx em mostrar como se podem derivar os preços de mercado transmutando adequadamente as componentes dos valores nas componentes da determinação dos preços. Ou seja, como na fórmula de Marx os preços são formados com base em salários, lucros e preços do capital constante depreciado, Marx terá de transmutar primeiro o capital variável em salários, a *mais-valia* em lucro, o capital constante medido em valores para o capital constante medido em preços. Marx aplica uma taxa de lucro

³⁰ Alter (1990, p. 181, tradução nossa): “O problema da transformação é crucial, permanece não resolvido e encontra-se profundamente embestado nas próprias fundações da teoria de Menger”.

comum em todos os setores, igual à taxa de lucro do setor de composição média do capital (obtida no sistema de valores), somando-a ao capital imobilizado em cada setor e aos salários pagos em cada qual, sendo que estes dois últimos componentes ainda estão expressos em valores. Ou seja, Marx deixou de realizar a transformação desses componentes antes de importá-los da fórmula dos valores para a fórmula dos preços.³¹ Na verdade, Marx tinha consciência dessa inadequação, mas ele estava mais preocupado em mostrar que, entre todos os setores, a soma dos lucros iguala-se à soma das *mais-valias* ou que a soma dos preços de produção igualar-se-ia às somas dos valores. Ele sabia que os preços de custo de uma mercadoria poderiam diferir dos valores dos meios de produção, e que uma análise mais detalhada teria que examinar como em cada setor esses valores ensejariam, com o processo de ajuste, os preços de produção. Marx visualiza que o mercado se encarregaria dessa tarefa e que a falha da teoria em não acompanhar todo esse processo não era algo realmente digno de preocupação. O que ele considera demonstrada é a igualdade na totalização de valores e preços de produção.³²

O problema da transformação em Menger é de outra ordem. Diferente de Marx, Menger não segue o modelo smithiano de que os valores funcionam como centro de atração dos preços de mercado. Mas Menger assevera que os valores condicionam as possibilidades de formação dos preços nos mercados. O problema é que os valores somente poderiam determinar, na prática, o processo de formação dos preços se esses valores fossem conhecidos pelos agentes que participam da barganha. Os valores são determinados pela *teoria exata*. Essa teoria representa o valor quando se tem conhecimento perfeito de todos os elementos que afetam a sua determinação: quando se conhece a hierarquia das necessidades; a importância da satisfação de todos os montantes parciais de necessidade; quando se conhece as propriedades dos bens que possibilitam estabelecer um nexo causal entre o consumo e a respectiva satisfação; quando se conhecem o futuro e os aspectos técnicos envolvidos na obtenção de bens de consumos no futuro, a partir do emprego atual de bens de produção etc. No mundo do mercado, fora da análise exata, no contexto da análise histórica e estatística, os agentes não possuem informação perfeita e, portanto, eles estão sujeitos a erro. Significa então que os limites impostos pelo valor, tal como determinados pela teoria exata, não são perfeitamente conhecidos. Então os agentes incorrem em erros e podem perfeitamente piorar de situação com as trocas. Não se consegue assegurar que num mundo de incerteza os valores possam efetivamente funcionar como balizas na formação dos preços. Esse é o aspecto crítico da transformação de valores em preços em Menger.

Enfim, o problema não recai propriamente nos sistemas filosóficos de Marx e de Menger, mas nos seus seguidores que pretendem, com a herança destes mestres,

³¹ Cf. Gontijo (2004).

³² Evidentemente o problema da transformação em Marx deve ser entendido no interior da apresentação dialética de *O Capital*. Não pode, por isso, ser compreendido ao modo positivista com que amiúde se expõe a temática. Não se trata, portanto, de descobrir uma relação matemática entre um sistema de valores e um sistema de preços, os quais estariam já postos e exprimidos formalmente.

explicar problemas concretos de formação de preços nos mercados para os quais as crenças filosóficas subjacentes não se prestam a fazê-lo.

5. Considerações Finais

Teorias essencialistas fornecem um sistema filosófico para a compreensão da ordem econômica, mas não se aplicam automaticamente na interpretação de dados da realidade fenomênica dos mercados. O tipo de dicotomia entre valor, como essência, e preços de mercado, como aparência, resulta em um obstáculo entre a determinação filosófica do sistema e a explicação econômica específica do fenômeno em questão. Tentativas têm sido propostas no sentido de operacionalizar os sistemas filosóficos marxianos e austríacos. Tais tentativas muitas vezes se mostram prolíficas e tem levado a um progresso importante da ciência econômica; haja visto o avanço dos estudos marxianos no século XX (com P. Sweezy por exemplo) e o expressivo crescimento da tradição austríaca a partir de Menger (com as contribuições de Mises, Hayek e dos autores da chamada *escola neoaustriaca*).

Não obstante esses avanços, para o historiador das ideias é necessário separar desdobramentos teóricos, que tiveram um autor do passado como inspiração, de um avanço autêntico na interpretação da tradição filosófica e de suas aplicações, mantendo-se a integridade do pensamento original do autor, sem cair no anacronismo. Portanto, teorias econômicas *essencialistas* apresentam, de fato, grande dificuldade em explicar eventos fenomênicos com base em teorias sobre a essência da realidade econômica. Contudo, essa dificuldade não deve ser vista como um problema realmente crucial na avaliação de um sistema de crenças econômicas, na avaliação de uma visão econômica. Não quer dizer que uma determinada visão não possa ser avaliada e criticada em si mesma. Entretanto, em se tratando de um sistema de crença muito bem fundamentado, um constructo clássico por assim dizer, a crítica deve ser de natureza filosófica, contrapondo-se uma concepção a outra. Não se procura, pois, descartá-la: a contribuição por ser clássica já está incorporada no acervo de formação fundamental do economista, mas trata-se de aprender a utilizá-la e combinar diferentes fontes filosóficas na construção de uma compreensão mais embasada da realidade econômica.

Referências bibliográficas

- Agazzi, D. (2000). *Trabalho e Alienação no Paradigma Marxiano: Uma Discussão Teórica e Uma Reflexão sobre a Aplicação no Capitalismo Contemporâneo*. PhD thesis, IPE-USP, São Paulo.
- Alter, M. (1982). Carl Menger and Homo Oeconomicus: Some thoughts on Austrian theory an methodology. *Journal of Economic Issues*, 16:149–60.
- Alter, M. (1990). *Carl Menger and the Origins of Austrian Economics*. Westview Press, Oxford.
- Aron, R. (2005). *O Marxismo de Marx*. Arx, São Paulo.

- Bensaïd, D. (1999). *Marx, o Intempestivo: Grandezas e Misérias de uma Aventura Crítica*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Desai, M. (2003). *A Vingança de Marx: A Ressurgência do Capitalismo e a Morte do Socialismo Estatal*. Códex, São Paulo.
- Enders, A. M. (1995). Carl Menger's theory of price formation reconsidered. *History of Political Economy*, 27:261–287.
- Fausto, R. (1997). *Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: A Produção Capitalista como Circulação Simples*. Paz e Terra/Brasiliense, São Paulo.
- Feijó, R. (2000). *Economia e Filosofia na Escola Austríaca: Menger, Mises e Hayek*. Nobel, São Paulo.
- Feijó, R. (2007). *História do Pensamento Econômico: De Lao Zi a Robert Lucas*. Atlas, São Paulo.
- Garegnani, P. (1979). *Debate sobre la Teoría Marxista del Valor*. Ed. Siglo Veintiuno, Cidade de México. Cadernos P&P.
- Gontijo, C. (2004). A nova solução do problema da transformação de valores em preços: Uma apreciação crítica. Texto para Discussão 232, CEDEPLAR/FACE/UFMG, Belo Horizonte.
- Hegel, G. W. F. (1812). *Ciência de la Lógica*. Solar-Hachette, Buenos Aires. 1968.
- Hegel, G. W. F. (1830). *Enciclopédia de las Ciencias Filosóficas: Filosofia de la Lógica e de la Naturaleza*. Claridad, Buenos Aires.
- Lachmann, L. M. (1971). *The Legacy of Max Weber*. The Glendessary Press.
- Marx, K. (1973). *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. Penguin Books & New Left Review, London. Penguin Classics.
- Marx, K. (1974). *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Editorial Estampa, Lisboa.
- Marx, K. (1985). *O Capital: Crítica da Economia Política*, volume I. Difusão Editorial, São Paulo. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital.
- Menger, C. (1871). *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*. Nova Cultural, São Paulo. Trad. Port.: *Princípio de Economia Política*.
- Menger, C. (1985). *Investigations into the Method of the Social Sciences with Special Reference to Economics*. New York University Press, New York and London.
- Mill, J. (1866). *Auguste Comte and Positivism*. Trübner and Co., London.
- Napoleoni, C. (1979). El enigma del valor. In Garegnani, P., editor, *Debate sobre la Teoría Marxista del Valor*, pages 15–29. Ed. Siglo Veintiuno, Cidade de México.
- Smith, A. (1988). *A Riqueza das Nações. Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. Nova Cultural, São Paulo.
- Stuart Mill, J. (1974). Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela. In Bentham & Mill, S., editors, *Coleção Os Pensadores*. Abril Cultural, São Paulo.
- White, L. H. (1990). Restoring an 'altered' Menger. In *Carl Menger and his Legacy in Economics*. Duke University Press, Durham, NC. Annual Supplement to volume 22, History of Political Economy.